

UMA REFLEXÃO SOBRE A MULHER NEGRA MATO-GROSSENSE

A REFLECTION ON MATO GROSSENSE BLACK WOMAN

Edenar Souza Monteiro¹

<https://orcid.org/0000-0002-9666-7920>

Maria de Lourdes Fanaia²

<https://orcid.org/0000-0003-4797-880X>

RESUMO: Este texto tem como proposta discutir as relações raciais enfatizando a desconstrução de imagens produzidas sobre a mulher negra dentro da historiografia Mato-Grossense. Como metodologia, foram utilizados documentos constituídos no século XIX como: Relatórios de Polícia, Relatórios do Presidente da Província, fontes cartoriais e paroquiais, jornais, obras literárias e livros didáticos atuais. Vale lembrar que os registros e/ou produções historiográficas sobre a história do Brasil tem seu início no século XIX, quando enfatizavam as tradições de um passado homogêneo, com feitos gloriosos de célebres personagens do gênero masculino. Nesse contexto, a mulher negra sofria com visibilidades negativas, devido à sua condição de escravizada. Portanto, este texto aponta que, pela implementação da Lei 10.639/2003, é possível valorizar a identidade, a cultura e a história afro-brasileira e africana na Educação dando visibilidades à mulher negra no contexto escravista, especificando o seu modo de ser e de viver.

PALAVRAS-CHAVE: construção historiográfica, mulher negra, identidade e cultura afro

ABSTRACT: This text aims to discuss the racial relations emphasizing the deconstruction of images produced on the black woman within the Mato-Grossense historiography. As a methodology, documents constituted in the nineteenth century were used as: Police Reports, Reports of the President of the Province, parishes, newspapers and literary works and current textbooks. It is worth remembering that the historiographic

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Docente da Universidade de Cuiabá, e-mail: edenar.m@gmail.com

² Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Docente na Universidade de Cuiabá, e-mail: mary_lourdes1996@hotmail.com

records and / or productions on the history of Brazil began in the nineteenth century, when they emphasized the traditions of a homogeneous past, with glorious deeds of celebrated male characters. In this context, the black woman suffered from negative visibilities due to her status as enslaved. Therefore, this text points out that, through the implementation of Law 10.639 / 2003, it is possible to value Afro-Brazilian and African identity, culture and history in Education by giving visibilities to the black woman in the slave context, specifying their way of being and of to live.

KEY WORDS: historiographical construction, black woman, afro identity and culture.

Introdução

Durante séculos, a mulher enquanto sujeito histórico foi silenciada na historiografia cujo paradigma foi rompido a partir da História Nova ocorrida na década de 1980, ou seja, tornou-se possível escrever uma história que incluísse as mulheres demonstrando que, apesar do “silêncio das fontes” ou mesmo da forma como foram representadas pelos homens, elas participaram dos processos históricos ao longo do tempo (CORREIA, 2009, p. 3). Ressalta-se que os registros e/ou produções historiográficas sobre a história do Brasil tem seu início no século XIX, quando enfatizavam as tradições de um passado homogêneo, com feitos gloriosos de célebres personagens do gênero masculino.. Esta abordagem priorizava a história política factual e, neste contexto, protagonistas como os escravos, mulheres, trabalhadores pobres ficaram excluídas das páginas da historiografia. Esse contexto historiográfico influenciou também no ensino da história com ausências de temas sociais como os supracitados. A partir da década de 1980, houve, então, uma “revolução” historiográfica e concomitante no ensino, pois alargou horizontes no campo da pesquisa proporcionando um repensar historiográfico com novos temas, novas abordagens e problemas. Essa mudança possibilitou novas propostas curriculares, no ensino, pois atualmente temas como religião, família, cotidiano, gênero, são possibilidades para ultrapassar os conceitos paradigmáticos construídos no ensino aprendizagem. No entanto, mesmo com essas mudanças ocorridas no ensino, algumas delas foram e são significativas, e outras ainda estão sendo repensadas, no currículo escolar capaz de proporcionar desafios para os professores das escolas públicas e privadas, tais questões ao longo do texto serão apontadas.

Escritas sobre as mulheres negras

Uma questão que fazia parte da estrutura política do Império no século XIX era a ideologia científica, já que prevalecia uma sociedade escravocrata, cujos discursos racistas eram fortalecidos pela teoria positivista, evolucionista e darwinista que naturalizavam as diferenças (SCHWARCZ, 2000). Diante disso, a discriminação e o estigma recaíam principalmente sobre os escravizados africanos, uma vez que o indivíduo era visado pela maneira de ser, de vestir e pelos objetos que portava. Mediante a ideologia científica, as autoridades políticas da província de Mato Grosso e, de acordo com as funções sociais, reproduziam e proferiam o discurso da ordem e da civilidade, sabendo do que falavam e por que falavam.

Dessa forma, criava-se uma ordem social, ao mesmo tempo em que o outro perdia seu espaço. O pano de fundo dessa (re) produção do discurso era forjar uma ordem ‘absoluta’ criando exclusões na reordenação dos espaços e nas delimitações das ações dos indivíduos, livres ou escravos. Diante das incessantes explicações científicas da época, o racismo acentuado impregnou naturalizações sobre a discriminação racial, desvalorizando a identidade desse segmento social. A construção historiográfica produziu um discurso no qual a figura feminina, na condição de submissa ao homem, assim como a mulher negra, também foi descrita com visibilidades negativas já que o escravizado, de modo geral, era o malefício da sociedade.

Uma fonte documental que podemos enfatizar no século XIX que destaca claramente a condição social e a discriminação racial consta nos registros eclesiásticos da igreja católica, nesses constam também dados especificando a cor do indivíduo. Os documentos paroquiais compreendem os registros de batismos, óbitos, casamentos, e esses evidenciam a população através da classificação entre homens livres e escravizados. A exemplo, em Vila Maria do Paraguai (hoje Cáceres), o livro registro de batismos especifica um para “pretos” e outro para homens livres. Nesse documento são atribuídas designações racializadas de acordo com as teorias científicas da época como: preta africana, caboré, forra, preta, escrava crioula. “Aos 9 de abril de 1861, faleceu de vida presente Paula Fraga crioula, solteira de idade de 32 anos, foi, encomendada e sepultada no cemitério desta matriz e para constar por esta em que assinei assinado.” Vigário Frei Antonio de Molinette. (LIVRO de registro de óbitos 1861).

As fontes cartoriais são registros de compras e vendas de terras e nesses universos estão os escravizados que faziam parte das propriedades

rurais. Também constam, nesse referido documento, as cartas de alforrias de variadas formas. As escrituras de terras da década de 1870 da cidade de Vila Maria do Paraguai, localizadas no cartório do 2º ofício de Cáceres permitem que observemos que homens livres como os vereadores adquiriam ou vendiam escravos. Nas escrituras dos livros de notas cartoriais da década 1880, ao constar a alforrias, e venda de terras apresentam também nomes de escravizados e com denominações de escrava, escrava cabra, negra, forra entre outros. Sobre alforrias, encontram-se também no Núcleo de documentação de História de História da Universidade Estadual de Mato Grosso (NUDHEO) caixas diversas, referentes aos anos de 1860 a 1888, contendo algumas estratégias utilizadas pelos escravos, a exemplo, as ações de liberdade. Segundo Coutinho (2015) Joaquina Mendes Malheiros, a escrava do tenente Francisco Pinto de Arruda através de pecúlio no valor de 600\$000(seiscentos mil reis) obteve alforria.

Aos sete dias do mês de novembro de mil, oitocentos e setenta e sete nesta cidade de São Luiz de Cáceres, em casa residencial do Meritíssimo Juiz substituto do Fórum Capitão Jose Maria de Pinho, aonde vim, compareceu o capitão Francisco Pinto de Arruda como senhor da libertanda Joaquina Mendes Malheiros, a fim de tratar do acordo reconhecendo pelo Art. 84 do regulamento acerca do Decreto nº 5.135de 13 de novembro de 1872. E pelo mesmo Tenente Francisco Pinto de Arruda a respeito da petição de liberdade constante do requerimento inicial e tendo me dado permissão para arbitrar qualquer quantia para sua liberdade, ficando a quantia de um conto e seiscentos mil réis, valor este quando recebido em favor de sua liberdade ficando-lhe, pois, em nenhuma outra casa e outra praça, à vista das qualidades e préstimos que possui, vista a sua robustez e estado de saúde que apresenta e por isso resigna-se a sofrer a avaliação das pessoas que fossem nomeadas árbitras na forma da lei em cujas consciências esperam maior arbitramento que aquele da petição inicial da sua escrava libertanda, sendo essa sua declaração escrita pelo juiz. (COUTINHO, 2015, p. 54)

Podemos também observar no registro criado em 1872, com objetivos de mapear a população brasileira, denominado de primeiro censo demográfico de Mato Grosso. O referido documento apresenta dados que permite repensar sobre a escravidão e concomitantemente sobre as questões raciais. Sobre isso, o censo de 1872 foi o primeiro registro que aglutina dados estatísticos da

população imperial incluindo todas as províncias do país. No caso do registro populacional mato-grossense as abordagens raciais são especificadas pelas categorias diversas: gênero, idade, cor (os termos pardos, preto, caboclo), condição social designada de raça, se livre ou escravo, religião, nacionalidades, estado civil (casada, viúva, solteira), se o escravo sabia ler ou escrever ou se era analfabeto ou ainda se tinha deficiência física. Para a confecção do registro desse documento, primeiro era o nome do homem, depois da mulher e as condições sociais designadas às mulheres eram preta, forra, negra, cabocla. Segundo os dados desse documento, as mulheres representam 51% do total. Os dados estatísticos do censo demográfico de 1872 da população escrava da província de Mato Grosso apontam o número de 6.667,00 escravos, contando homens e mulheres.

Na época imperial, a polícia da província de Mato Grosso produziu uma grande quantidade de documentos que contribui com a historiografia e produções acadêmicas que é encontrada no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). No sentido original, o termo ‘polícia’ do século XIX significava aplicar táticas de bem governar uma população, para qual se deveria ter atitudes profissionais, o que implicava uma distância entre si. No entanto, essa postura não era frequente. Quanto aos assuntos, constava a segurança individual de propriedade, crimes realizados contra as pessoas ou propriedades, brigas, ferimentos, suicídios, número de presos (mulheres e homens). Ao analisar a documentação observa-se que são vários os relatórios de chefe de polícia que apontam informações de todas as vilas, freguesias da província, dando indícios sobre os deslocamentos da população como: assassinatos, roubos, assaltos e fugas dos escravizados. Assim consta nos relatórios da polícia no ano de 1887. Aos 28 de junho, o subdelegado de Polícia do 1º Distrito procedeu a corpo de delito da escrava de nome Margarida de dona Delfina Marques Fontes, espancada por sua dita senhora, remetendo os autos ao juiz de direito da comarca. Na documentação, observa-se que entre os presos, constam homens e mulheres, especialmente, os escravizados descritos de maneira negativa. Quanto aos assuntos relativos aos delitos, constata-se que quase sempre estão associados à moralidade, roubos, embriaguez, crimes, fugas e ajuntamentos nos quilombos. Quanto aos termos que utilizavam para as mulheres negras, “preta-fula”, “preta”, “parda”, “parda clara” e “parda escura”, escrava de alguém.

Quando cessado o tráfico de escravos de 1850, as perseguições policiais aos escravizados que evadiam dos cativeiros estavam associadas ao aproveitamento lucrativo da mão de obra. Para algumas autoridades, do período imperial a única maneira de evitar as contravenções que ameaçavam o

sossego seria a ação enérgica da polícia, prendendo preventivamente a miseráveis e indigentes (CORREA, 2013, p. 280). Outra relevância da documentação produzida pela força policial foi o registro de matrículas de escravos do século XIX, uma espécie de identidade, pois nenhum escravizado transitava sem a autorização do seu dono.

Os relatórios dos presidentes de província de Mato Grosso são documentos onde podemos notar um conjunto de estereótipos e uma enorme preocupação, por exemplo, com os quilombos. O cargo do Presidente de Província representava na província o poder central nomeado pelo imperador e indicado pelo Conselho de Ministros. Segundo Correa (2013), os presidentes de província, geralmente tinham curtos mandatos, eram desconhecedores dos problemas locais e das reivindicações naturais de suas populações e o sistema de nomeações se caracterizava pela frequente mobilidade dos titulares, em muitas províncias sucessivamente, formando verdadeiros profissionais do cargo. Nesse documento constam todos os problemas e fatos ocorridos na época de toda a província subdivididos em diversos temas como; finanças, impostos, igreja, quilombos, rebeliões - política e participação executiva – secretaria, imprensa, educação, indícios, população, obras públicas, entre outros.

No século XIX, a descrição foi negativa sobre o quilombo no Brasil descrito sempre como espaço da fuga, da transgressão, ou seja, um espaço visado com naturalizações, por parte das autoridades políticas, mas nunca mencionado na historiografia como espaço de identidade e de afirmação cultural.

Consta-me que existem diversos quilombos em toda província, fazendo notável hum que há nas proximidades de Vila Maria, convém faze-los bater e destruir, essas reuniões de escravos fugidos são más não só pelos prejuízos que causam ao seu dono, mas pelo perigo da segurança da vila e dos povos. (REZENDE, 1840, p. 33)

Segundo Piazza os crimes praticados por homens escravos, contra a mulher escrava, também eram muito comuns: “Há o do Benedito, escravo de Boaventura da Silva Vinhas, “acusado de haver tentado ter cópula carnal por meio de violência”, com Teresa, menor de 17 anos, escrava de D. Flora Florinda de Sampaio, que levado a julgamento foi absolvido” (PIAZZA, 1975, p. 105).

A exemplo, quilombos ou comunidades quilombolas são um tema essencial que deve ser abordado em sala de aula, porém, muitas vezes é apresentado nas páginas livros didáticos de maneira simplificada e geralmente o

assunto apresenta como algo generalizante como se todos fossem iguais como modos de viver étnicos, moradia e adereços generalizando sem especificar as diferenças culturais como é o caso da religião. Na memória social, o conceito sobre quilombo por vezes apresenta-se distorcido, estigmatizado, arraigado nas explicações das teorias científicas que avaliaram a questão negra como o malefício da sociedade. Destaca-se também a ausência sobre a Teresa de Benguela

Os jornais do século XIX também destacam os escravizados estigmatizados, pois na época imperial era o meio de comunicação mais moderno que havia. Era por meio da imprensa que se difundiam não somente notícias, mas, a moda europeia, literaturas, ideologias, ideais, valores e várias notificações sobre escravizados; como fugas e capturas de escravos, aluguel e compra e venda. No período imperial, a imprensa foi causa de transformações políticas, econômicas, sociais e, especialmente, do avanço da tecnologia. Porém, poucas pessoas tinham acesso a ela devido ao baixo índice de alfabetização de grande parte da sociedade escravocrata, uma habilidade que ficava restrito a elite.

Nos anúncios, geralmente constavam vendas de escravizadas para serem amas de leite que, para serem aceitas no meio social anunciavam o perfil físico e as habilidades do que sabiam fazer como forma de aliviar o perfil do “ser negro”. “Vende-se uma escrava sabe lavar, cozinhar”, era outro anúncio muito comum da época. No jornal liberal de 1871, de Cuiabá, consta: Acha-se fugida uma escrava de João Anastácio Monteiro de nome Eva cabra, de 40 anos mais ou menos alta, com falta de dentes, tem vício de tomar aguardente. Quem a pegar entregar na rua 1º de março que será gratificado.

Outros tipos de anúncios que desqualificam a mulher escravizada constam no Jornal Liberal de 1879 de Cuiabá.

Romana fugida desde 28 de julho de 1887, preta de 50 anos mais ou menos ainda não tem cabelos brancos, baixa, rosto redondo com cicatrizes de bexiga, lábios finos, magra, boa dentadura, tem os pés pequenos e o andar ligeiro, fuma, cachimbo, bebe aguardente é muito dada a amizade de mulheres negras habituadas a carregar consigo balaio ou trouxa de panos pouco asseada no trajar sem préstimo algum a não ser o trabalho da lavoura. (ÁVILA, 2010, p. 213).

De modo geral, vale ressaltar que, em todos os relatos documentais acima supracitados, a mulher negra no sistema escravista fez parte dos discursos produzidos por homens (ÁVILA, 2010).

Repensando a mulher negra no ensino

Ressalta-se que, atualmente, as normas propostas nas diretrizes curriculares, apontam caminhos professores trabalharem através dos eixos temáticos que são divididos em categorias: procedimentais, conceituais e atitudinais. Os “conteúdos conceituais” são os conceitos sobre fatos, os “conteúdos procedimentais”, incluem o (saber-fazer); já os “conteúdos atitudinais”, envolvem valores, normas e atitudes, que permeiam todo o saber escolar. Além da tecnologia, são variados os recursos didáticos que podem ser utilizados na sala de aula como jornais, revistas, literatura, imagens, fotografias, documentos, músicas, poemas entre outros. Todos esses fatores mencionados favorecem uma prática educacional que promova a formação social e cultural do aluno voltada para pluralidade cultural longe dos preconceitos raciais e sociais. No entanto, os Parâmetros Curriculares nos indicam que a diversidade cultural/multiculturalismo promove a alteridade equidade na formação da aprendizagem do aluno daí ser essencial a abordagem no meio escolar longe dos impregnados conceitos eurocêntricos dos colonizadores sobre a história afro-brasileira e africana, porém, nem sempre as escolas priorizam uma discussão sobre o tema e a questão social nem sempre é devidamente abarcada no meio escolar. A Lei 10.639/2003 ressalta que é essencial valorizar a identidade, a cultura e a história afro-brasileira e africana na educação básica e ensino superior enfatizando todas as áreas do ensino e em qualquer momento a temática deve ser incorporada. No entanto, sabemos que vários paradoxos existentes no processo de ensino aprendizagem, entre eles primeiramente temos uma lacuna sobre a história local, longe de abranger os objetivos dos Parâmetros curriculares. O ensino de História e a História de Mato Grosso ainda silenciada nos livros didáticos reforçam que a historicidade dessa região mais central da América do Sul apresenta-se como algo externo à realidade brasileira.

Observa-se, nos livros didáticos uma dicotomia entre a História do Brasil, e a do Mato Grosso, pois os conteúdos ficam desconectados como algo distante da realidade social do aluno. Diante disso a mulher mais precisamente a negra enquanto protagonista da história do Brasil a partir da colônia é evidenciada nos livros didáticos de maneira naturalizada. Nestes, ainda estão presentes iconografias que apresentam estereótipos como as que retratam o período da escravidão entre os séculos XVI ao XIX, pois não são mencionados que no sistema escravista as diversas estratégias utilizadas pelo grupo social dos negros revelam a forma que utilizaram para romper com as normativas e padronizações do sistema e o modo de viver de e de fazer do grupo social.

Nesse caso a mulher negra na sociedade patriarcal aparece na condição de pessoa subalterna e o conteúdo que explica o processo da escravidão descontextualizado da valorização da identidade afro e conseqüentemente isso reverte num ensino repleto de naturalizações. Não podemos considerar e objetivar de que nas sociedades patriarcais a mulher se limitava as condições sociais, pois existem documentos construídos no período imperial que descontroem os paradigmas como as fontes do Núcleo de pesquisa histórica das Unemat (NUDHEO). Em 1878, a africana Joaquina Mendes Malheiros de 60 anos pede sua compra de alforria através de um pecúlio. Segundo Correia (2013), a História das Mulheres reorientou os interesses para a discussão e o entendimento das mulheres e de suas relações – sociais, políticas e econômicas, etc. entendendo-as como agentes históricos. Importante lembrar que, no século XIX, muitas iconografias depreciativas ainda são difundidas nos livros didáticos e apontam para uma educação que desvaloriza a identidade social uma vez que, as imagens iconográficas contidas nos livros didáticos ficam por vezes como meras ilustrações e nem sempre são desconstruídas pelo professor.

Para melhor exemplificar entre os quilombos de Mato Grosso, destaca-se Teresa de Benguela que viveu na década de XVIII no Vale do Guaporé, mais precisamente em Vila Bela da Santíssima Trindade no Mato Grosso e liderou aproximadamente 20 anos o Quilombo de Quariterê também chamado de piolho. Importante lembrar que no século XIX, o espaço da mulher estava restrito aos afazeres da casa, dos filhos da família dos trabalhos manuais, portanto, excluída da vida política, social e pública uma vez que predominava uma sociedade patriarcal. Vale destacar que de acordo com a Constituição de 1824, o homem de cor não era considerado cidadão. Além disso, segundo Munanga (2009) as teorias científicas e racistas serviram mais para justificar o sistema de dominação e exclusão do que para explicar a classificação humana.

Diante disso, a liderança de Teresa de Benguela no referido quilombo rompia com os paradigmas da época, desafiava as autoridades políticas. Daí intensa preocupação por parte do governo mato-grossense. No entanto, muitas vezes observamos no ensino básico o desconhecimento dos alunos sobre o tema, e por outro lado, a ausência do assunto no cotidiano escolar, que está respaldado nos Parâmetros Nacionais por meio da abordagem sobre a diversidade cultural. Geralmente as imagens sobre a mulher negra se limitam ao contexto da escravidão, representada enquanto uma escravizada do meio urbano e sempre as imagens constituem perfis físicos de mulheres gordas. As mulheres e afrodescendentes são abordagens que evidenciam práticas sociais que ficaram despercebidas como exemplo, o modo de pensar e de ser

no processo histórico (ROCHA, 2001).

Entretanto, embora essa construção historiográfica tenha influenciado no processo ensino aprendizagem que por vezes ainda traduz reflexos negativos nos dias atuais é imprescindível lembrar que alguns homens negros que vivenciaram o período da escravidão embora a existência das teorias científicas criticassem o sistema escravista como: José de Alencar, Machado de Assis, José do Patrocínio sendo que, esses atuaram como grandes escritores de obras literárias, geralmente para criticar, denunciar, questionar os rumos da sociedade brasileira. Entre os escritores destaca-se Maria Firmina autora o romance *Úrsula* (1859).

O referido romance foi escrito no século XIX por Maria Firmina que nasceu também no contexto da escravidão no nordeste mais precisamente na província do Maranhão. Maria Firmina era filha “bastarda”, fruto do provavelmente incomum relacionamento amoroso entre uma portuguesa e um escravo africano (CORREIA, 2013, p. 4). A autora publicou o romance *Úrsula* (1859), uma personagem negra, numa obra literária que ultrapassa os estereótipos da época uma vez que a escrita foi produzida no contexto da escravidão no Brasil. Por outro lado, a referida literatura também denuncia o racismo. O foco central da obra é desconstruir a condição social do escravizado. Já foi dito que na sociedade patriarcal de modo geral, escrever não era um hábito comum destinado às mulheres e menos ainda produzir uma escrita sobre a mulher africanizada. No contexto do período imperial as mulheres da elite tiveram mais acesso à instrução, que era ministrada em suas próprias residências, e, nesse momento é aceita como algo positivo pelos homens. Entendia-se por instrução feminina a dança, o aprendizado de tocar piano, a escrita e a leitura. (CORREIA, 2013, p. 106)

Breves Considerações

As construções dos discursos objetivados sobre as mulheres no século XIX são de significativas relevâncias na história do cotidiano brasileiro e são personagens que ficaram às margens das produções historiográficas durante muito tempo. A escola dos *Annales* ampliou mudanças na historiografia revertendo a forma como as mulheres foram objeto de um relato histórico que as relegou ao silêncio e à invisibilidade. São invisíveis, pois sua atuação se passa quase que exclusivamente no ambiente privado da família e do lar (ÁVILA, 2007). Para a realização da escrita foi importante o conjunto de fontes consti-

tuídas no século XIX, como os relatórios de presidente de província, relatórios de chefes de polícia, jornais, fontes cartoriais e paroquiais que dão sustentação a proposta deste texto.

Essa variada documentação que contém escritas sobre a mulher de modo negativo, e pode ser utilizada como suporte didático na sala de aula. Porém, é necessário analisar o contexto social e histórico bem como a formação social e cultural, a ideologia dos interesses e dos conceitos generalizantes sobre a mulher afro. Da mesma forma, a vasta produção literária da época da escravidão ressalta alguns renomados autores criticaram o sistema escravista e são ferramentas que auxiliam e permitem um repensar no ensino escolar e sobre as mulheres que ficaram durante muito tempo no anonimato. Apesar dos paradoxos e complexidades das imagens icnográficas constituídas nos livros didáticos que retratam a mulher no período da escravidão é possível desconstruir as ilustrações uma vez que não devemos considerar as objetivações naturalizadas. Proporcionar uma reflexão sobre os direitos da mulher, principalmente, da negra, permite a contribuição para a redução da desigualdade de gênero e para o enfrentamento do preconceito e da discriminação étnico-racial. Dessa forma, é possível dar visibilidades à mulher negra no contexto escravista especificando os modos de ser e de viver uma forma de ressaltar a identidade e cultura afro.

Referências

ÁVILA, Rebeca Contrera. *Trajetórias e estratégias escolares de mulheres de camadas populares que vivenciam uma triplíce jornada diária: trabalho remunerado, trabalho doméstico e estudos*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São João Del-Rei, 2010. 235 p. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestradoeducacao/Dissertacao9RebecaContreraAvila.pdf>. Acesso em: 24 de fev. de 2018.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CORREIA, Janaina Santos. *Uma contribuição para a escrita da História das Mulheres e dos afrodescendentes no Brasil*. Revista feminismos. Vol.1, N.3 Set. - Dez. 2009. Disponível em: www.feminismos.neim.ufba.br. Acesso em 09 de abr. de 2018.

_____. *O Uso de Fontes em sala de aula: A Obra de Maria Firmina dos Reis (1859) como mediadora no estudo da escravidão negra no*

Brasil. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Londrina. 2013. 145 p.

ROCHA, Solange Pereira. *Na Trilha do Feminino: condições de vida das mulheres escravizadas na província da Paraíba, 1828_1888*. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco. 2001)

COUTINHO, Maria Auxiliadora de Azevedo. *“Como se de ventre livre tivesse nascido”*: alforrias em Vila Maria do Paraguai/São Luiz de Cáceres, fronteira entre Brasil Bolívia -1860 á 1877. 2015. 114 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2015.

MUNANGA, Kabengele. *Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações*. São Paulo: Global, 2009.

PIAZZA, Walter Fernando. *O escravo numa economia minifundiária*. Florianópolis: Editora da UDESC; São Paulo: Editora Resenha Universitária Ltda., 1975. 232 p

REZENDE, Estevão Ribeiro. *LEI PROVINCIAL Nº 9, DE 06 DE JULHO DE 1840*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/397/000033.html>> Acesso em: 04 de mar de 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. Companhia das Letras, São Paulo, 2000.

Data de recebimento: 27.10.2018

Data de aceite: 14.01.2019